

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2013 – NÚMERO 8/2013

Aos quinze dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça em sessão ordinária no Auditório do edifício dos Paços do Município. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Vereadores.

O Presidente da Câmara deu início à reunião eram dezoito horas e quarenta minutos. Assinalou-se a ausência da Vereadora Sónia Sanfona no início da reunião.

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 12 de Abril de 2013.

ACTAS

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 02/2013, da reunião de 22 de Janeiro de 2013. Não havendo propostas de alteração, a acta foi aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Carlos Pereira, que se absteve por não ter estado presente na reunião.

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 03/2013, da reunião de 8 de Fevereiro de 2013. Com a proposta de alteração do Presidente, a acta foi aprovada por maioria, com a abstenção da Vereadora Regina Ferreira, que se absteve por não ter estado presente na reunião.

Passou-se à apreciação e votação da acta nº 04/2013, da reunião de 20 de Fevereiro de 2013. Com as propostas de alteração da Vereadora Regina Ferreira e do Presidente, a acta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Vereadora Regina Ferreira perguntou se já houve desenvolvimentos relativamente à proposta apresentada na última reunião pela Vereadora Sónia Sanfona, e aprovada por unanimidade, relativamente à possibilidade de rebaixar o muro que foi construído na parte posterior da Casa dos Patudos.

Perguntou ainda, partindo do princípio de que o autocarro da Autarquia que fazia o transporte escolar atingiu o limite temporal para o serviço de transporte de crianças, qual era o ponto de situação relativamente a este aspecto, que solução foi encontrada e o que é que o Executivo pensa fazer no futuro em termos de investimento.

O Presidente explicou, em relação ao muro da Casa dos Patudos, que já houve uma série de contactos, dos quais o Eng.º José Portugal dará nota em seguida. Recordou que o que foi aprovado em Reunião de Câmara foi a intenção de fazer o levantamento junto das entidades competentes a fim de se perceber se é possível fazer a alteração pretendida, assim como os custos inerentes a essa alteração. O Presidente não tem nenhum problema em aceitar, se não se levantar nenhum impedimento, que o muro seja relativamente mais baixo, mas também não tem qualquer problema se houver necessidade de se manter aquela altura do muro, até porque ela também está enquadrada em termos de justificação na operação urbanística que ali está a ser desenvolvida.

O Eng.º José Portugal fez a relação das diligências que tomou no sentido de se inteirar da viabilidade do rebaixamento do muro, as quais até agora se revelaram pouco conclusivas, sendo que o Engenheiro encontrou muito pouca receptividade por parte das entidades contactadas. Até porque, explicou o Engenheiro, tal alteração exigiria a

prosseção de procedimentos demorados e acarretaria custos adicionais, o que poderia pôr em causa quer o financiamento quer os prazos previstos para a conclusão da obra.

O Vereador Carlos Pereira respondeu à questão relacionada com os transportes escolares, explicando que os mesmos estão a decorrer dentro da normalidade, ainda que para isso tivesse havido a necessidade de contratar os serviços da Rodoviária do Tejo para fazer o trajecto Frade de Cima-Frade de Baixo-Gouxaria-Alpiarça da parte da manhã, sendo que o resto dos transportes é assegurado pelo autocarro pequeno e pelas carrinhas de 9 lugares da Câmara. O Vereador explicou ainda que se optou por adjudicar este serviço porque em 2013, com as obras dos Patudos e as obras dos Paços do Concelho a decorrer, era impossível fazer face a mais uma despesa desta natureza. Mais para a frente se verá se haverá possibilidade de adquirir um novo autocarro.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:

VÁRIOS:

- Grupo Parlamentar do PCP – Requerimento para audição sobre o encerramento de Estações de Correios e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal.

Deu-se conhecimento.

- Município de Alpiarça – Adenda à proposta nº 7 – Adenda à proposta nº 7/JA/2013 – Propõe que se atribua um subsídio de €600.00 ao Clube Desportivo “Os Águias” a fim de fazer face às despesas da Secção de Futebol Juvenil.

O Vereador João Pedro Arraiolos explicou tratar-se de corrigir uma imprecisão da proposta aprovada na última reunião.

Deliberado por unanimidade aprovar a adenda à proposta nº 7/JA/2013.

Neste momento entrou na sala a Vereadora Sónia Sanfona, eram dezanove horas e cinco minutos.

- Município de Alpiarça – Informação Interna nº 15/2013, Gabinete Jurídico, Dr.ª Sofia; Proposta nº 7/2013 Vereador Carlos Pereira – Proposta de parecer prévio/autorização para uma redução inferior a 50% dos contratos a termo resolutivo existente em 31/12/2012 (artigo 59º da LOE 2013).

O Vereador Carlos Pereira explicou que este ponto surge na sequência do ofício da DGAL que deu entrada na Câmara no dia 27 de Fevereiro e que apontava para a necessidade de a Câmara propor à Assembleia Municipal a emissão de parecer prévio relativamente à redução inferior a 50% dos contratos a termo resolutivo, prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2013, a fim de que a Câmara possa justificar a abertura dos concursos públicos para a ocupação de lugares de trabalho na área da educação.

Deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal a emissão de parecer prévio a uma redução inferior a 50% dos contratos a termo resolutivo existentes a 31/12/2012, nos termos do disposto nos números 3 e 9 do artigo 59º da Lei do Orçamento de Estado para 2013. Remeter à Assembleia Municipal.

- Município de Alpiarça – Informação Interna nº 16/2013, Gabinete Jurídico, Dr.ª Sofia – Minuta de 2º Adicional ao contrato de adjudicação da Empreitada dos

“Espaços Exteriores e edifícios de apoio da Casa Museu dos Patudos – Alpiarça” no valor de €19.749,70 acrescido de IVA.

Deliberado por maioria, com as abstenções das vereadoras Regina Ferreira e Sónia Sanfona, aprovar a minuta do 2º adicional ao contrato de adjudicação da empreitada dos “Espaços Exteriores e edifícios de apoio da Casa Museu dos Patudos”.

- Município de Alpiarça – Proposta nº 8/2013 Vereador João Pedro Arraiolos – Proposta de Alteração dos artigos nono e décimo do Regulamento de Concessão de Pesca Desportiva da Albufeira dos Patudos.

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de alteração dos artigos nono e décimo do Regulamento de Concessão de Pesca Desportiva da Albufeira dos Patudos.

- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente – Proposta de deliberação – Cedência a título de comodato por 11 anos de dois prédios rústicos à AgroAlpiarça e minuta do contrato de comodato.

Antes de dar a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos para explicitar este ponto, o Presidente explicou que para prevenir algum impedimento formal que possa resultar do facto de o Vereador João Pedro Arraiolos ser simultaneamente vereador nesta Câmara e Presidente da Direcção da AgroAlpiarça, este se ausentará da sala durante a votação deste ponto.

O Vereador João Pedro Arraiolos explicou que este ponto vem à Reunião de Câmara para permitir, através desta operação, que a AgroAlpiarça se candidate a um programa Vitis para a obtenção de um subsídio para plantação de vinha. Os terrenos já estão a ser explorados pela cooperativa, mas carecem desta contratualização para que se possa completar a vinha nos três hectares de terreno que ainda estão por explorar. A intenção da AgroAlpiarça é plantar a vinha já no próximo ano e explorá-la nos próximos dez anos, daí a duração do contrato.

A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se nas relações formais entre o Município e a AgroAlpiarça está prevista alguma possibilidade de a Autarquia usufruir de alguma forma dos frutos da exploração dos terrenos por parte da cooperativa, isto é, alguma cláusula nalgum protocolo que preveja que a AgroAlpiarça deva proporcionar a possibilidade de a Câmara utilizar o resultado das explorações agrícolas dando-lhe destino próprio ou comercializando esses produtos a preços diferentes.

O Vereador João Pedro Arraiolos disse que não tem conhecimento de que exista algum documento formal que aponte nesse sentido.

A Vereadora Sónia Sanfona afirmou não ter nenhuma reserva em relação ao que está pressuposto na proposta, mas acha que podia haver uma cooperação mais estreita entre a AgroAlpiarça e a Câmara no sentido que acima expôs.

Antes de se colocar o ponto à votação o Vereador ausentou-se da sala.

Deliberado por unanimidade dos presentes aprovar a cedência por 11 anos e a título de comodato de dois prédios rústicos à AgroAlpiarça e aprovar a minuta do contrato de comodato.

Feita a votação, o Vereador João Pedro Arraiolos regressou à sala.

- Município de Alpiarça – Proposta do Presidente – Lote nº 2-C da Zona Industrial – Autorização de cedência da posição contratual.

Deliberado por unanimidade consentir a transmissão da posição contratual entre as duas empresas nas condições definidas na proposta e autorizar a instalação da empresa promitente na Zona Industrial para a produção e engarrafamento de vinhos, com efeitos imediatos e no estrito cumprindo o Regulamento da Zona Industrial.

DIVISÃO DE OBRAS PLANEAMENTO E URBANISMO

- Município de Alpiarça – Informação nº 23 de 4 de Abril de 2013 – Eng.º José Portugal – Espaços Exteriores e Edifício de Apoio da Casa Museu dos Patudos – Prorrogação do prazo – (Art.º 374º e 377º do CCP).

Deliberado por maioria, com as abstenções das Vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, autorizar a prorrogação no máximo de vinte dias para conclusão física da obra até ao dia 22 de Maio.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Município de Alpiarça – Prestação de contas do ano 2012; Relatório de Gestão; PSF anexo ao Relatório de Contas; Auditoria Interna-Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas anexo ao Relatório de Contas.

O Presidente comentou a propósito destes documentos que eles reflectem aquilo que tem sido a aposta e o objectivo primordial deste Executivo, nomeadamente a incidência na recuperação económica e financeira do Município, empresa que se tem revelado bem-sucedida e que este Relatório de Contas vem confirmar ao apresentar dados objectivos relativamente à redução da dívida e à redução de despesa levadas a cabo por este Executivo. Não obstante, a Câmara continua a prestar os serviços que a nossa população exige e merece, ao nível das obras de proximidade e intervenções no espaço urbano, ao nível da actividade cultural, desportiva e social, ao nível dum aposta e aumento de investimento nas áreas da educação, acção social e do apoio ao associativismo, o que vem provar que o Plano de Saneamento Financeiro está a funcionar sem pôr em causa o funcionamento e as competências fundamentais do Município. O Presidente realçou ainda que houve nestes últimos anos um aumento exponencial do número de acções de formação para os funcionários da Autarquia e uma diminuição de 57% em relação a 2009 no trabalho extraordinário, bem como redução de 7,3% nas despesas correntes, o que contribuiu para uma redução total da despesa na ordem dos quase 21% em relação ao último ano do anterior mandato. No que respeita ao quadro de pessoal, houve uma redução global do número de funcionários devido a reformas e términos de contratos a termo certo, mas mesmos assim conseguiu-se colocar 13 novos trabalhadores nos quadros, garantindo maior estabilidade em termos laborais a esses trabalhadores.

A Vereadora Regina Ferreira mostrou-se agradada com o facto de se ter conseguido reduzir o endividamento a curto prazo, acrescentando que tem sido visível o esforço que tem vindo a ser feito nesse sentido. Existem no entanto dados que continuam a ser preocupantes, nomeadamente a diminuição da receita, por um lado, e o aumento do endividamento a médio/longo prazo, por outro, o que faz com que a *ratio* do endividamento tenha vindo a aumentar desde 2009.

Depois de pedir esclarecimentos relativamente a alguns dados constantes nos documentos, os quais foram prestados pelo Vereador Carlos Pereira, a Vereadora sugeriu que o valor da despesa com projectos de consultadoria constante no relatório de prestação de contas, cifrado na ordem dos quarenta e seis mil euros, podia muito bem ter sido canalizado por exemplo para a compra do autocarro.

O Vereador Carlos Pereira explicou que o valor que consta nesse documento é o valor que estava previsto no Orçamento, mas que não se chegou a utilizar a totalidade da soma.

O Presidente acrescentou que, independentemente do que se tenha gasto, sem esses projectos e sem esses pareceres não se podia ter feito grande parte do investimento que se fez.

Por sua vez, a Vereadora Sónia Sanfona aproveitou para tirar ilações políticas dos documentos. Relativamente ao Relatório de Gestão, a Vereadora realça em primeiro lugar a quebra da receita total do Município, que se vem acentuando desde 2009, resultados que não a surpreendem tendo em conta a redução das transferências do Orçamento de Estado para a Autarquia e tendo em conta a crescente dificuldade dos municípios de contribuírem para a receita através dos impostos. Ao contrário do Executivo, a Vereadora olha para estes resultados sem surpresa, lembrando que por isso mesmo é que é preciso algum grau de criatividade e resiliência para se conseguir ultrapassar as dificuldades que estes resultados expectáveis criam, isto é, toda a gestão do Município deve ser planeada tendo como base o pressuposto de que as receitas naturalmente vão diminuir.

Já em relação ao endividamento, conclui-se do documento que, apesar da diminuição da dívida total em 2012, verifica-se um aumento do *ratio* de endividamento. Ora, o *ratio* de endividamento, tanto quando a Vereadora o entende, reflecte a capacidade de se pagarem as dívidas, ou seja, a capacidade de obter receita suficiente para pagar o que se deve. Com efeito, o que se verifica é que actualmente a capacidade de cumprirmos com as nossas obrigações é menor do que era em 2009, quando este Executivo tomou posse. De resto, só no ano de 2011 se inverteu esta tendência.

Para além disso, tem sido pedra de toque deste Executivo a diminuição do endividamento a curto prazo, o que de todo causa admiração à Vereadora, uma vez que o pressuposto do Plano de Saneamento Financeiro (PSF) era precisamente a transformação de dívida a curto prazo em dívida a médio/longo prazo através da contracção de um empréstimo bancário, daí que seja natural que esta última tipologia de dívida tenha aumentado, até porque não há nenhum novo desenvolvimento ao nível das políticas que têm sido desenvolvidas para inverter esta situação. Nesse sentido, aquilo que tem vindo a ser feito é o que estava pressuposto no PSF e nada mais do que isso. Para a Vereadora, é evidente que, cumprindo o PSF, o Executivo não podia aumentar a dívida e nesse sentido não puderam contrair dívida de investimento, que é aquela que na sua opinião podia ajudar o Município a sair da situação em que se encontra. Cumpriu-se um conjunto de regras previamente estabelecidas no PSF e foi tudo, implicando com isso o sacrifício de um conjunto de políticas que do seu ponto de vista podiam dar origem a um maior desenvolvimento do Concelho.

O Presidente afirmou não poder concordar com esta ideia, uma vez que o que implicou que o Executivo não pudesse fazer dívida de investimento foi a situação financeira em que a anterior gestão deixou o Município. Na situação em que encontrou o Município, este Executivo não podia ter feito outra coisa senão fazer face às dívidas aos fornecedores sob pena de eles deixarem de fornecer a Câmara e a Câmara deixar de servir a população nas suas competências mais elementares.

A Vereadora Sónia Sanfona declarou que, na verdade, a opção do Executivo redundou numa falta de criatividade muito grande relativamente àquilo que são os desígnios que podem trazer algum desenvolvimento ao Concelho, para além de que para que esses desígnios se cumpram é necessário ter índices de investimento diferentes.

A Vereadora referiu-se ainda aos dados relativos à redução das horas extraordinárias, o que considera ser um dado muito positivo, acrescentando que uma organização mais criteriosa do tempo de trabalho representa uma poupança significativa.

Já em relação ao alegado aumento das formações dos funcionários, pergunta se elas foram feitas ao abrigo dos protocolos com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo ou se foram acções de formação fora do quadro dessa oferta. A Vereadora comentou que provavelmente consegue-se hoje fazer mais acções de formações com mais funcionários por um preço inferior recorrendo às facilidades deste organismo.

Por outro lado, a Vereadora realçou ainda que, na melhor das hipóteses, 90% das actividades descritas no Relatório de Gestão são actividades que já existiam em 2009 e às quais apenas se deu a devida continuidade. Sendo certo que uma boa parte delas tem razão de existir e por isso é que foram criadas e perpetuadas no tempo, se quisermos deitar um olhar mais crítico ao que está a ser apresentado, a Vereadora diria que falta a este documento a novidade, a criatividade, o desenvolvimento de projectos novos, no fundo, a marca distintiva deste Executivo. De resto, para sermos intelectualmente honestos, defende a Vereadora que é necessário admitir que a maior parte das actividades aqui descritas existem porque foram criadas, com endividamento de investimento, as condições materiais que permitem que tais actividades se desenrolem, nomeadamente ao nível das infraestruturas onde decorrem.

Na opinião da Vereadora não fica bem estar-se a acenar com os louros da vitória quando se trata de uma vitória pírrica. Uma pessoa olha para os resultados e vê que não têm sumo, uma vez que não chega dizer que se cumpriram as contas e que se pagou a tempo e horas, até porque se criaram condições a nível central para que tal acontecesse.

Por último, a Vereadora quis ainda reforçar um aspecto positivo, nomeadamente a tendencial estabilização da situação profissional dos trabalhadores da Autarquia, sobretudo no momento que o país atravessa.

O Vereador Carlos Pereira respondeu concretamente à questão sobre as acções de formações, informando que para tal se recorreu não só à CIMLT como à ATAM.

O Vereador rectificou ainda a imprecisão recorrente sobre o PSF. Este foi aplicado efectivamente para transformar a dívida de curto prazo em dívida de médio/longo prazo mas apenas em relação ao valor da dívida que existia à data, isto é, o PSF serve para resolver os problemas deixados pelo anterior Executivo. O PSF não criou dívida nova nem serve para pagar a nova dívida que a Autarquia vai criando com as despesas de funcionamento dos serviços e com as obras e os investimentos que fez. A criação de nova dívida, bem como a gestão e liquidação da mesma, está a ser feita pelo Executivo à margem do PSF, atitude que os anteriores Executivos deviam ter tido e não tiveram.

O Presidente reiterou por sua vez que aquilo que desde há anos tem procurado fazer é mostrar que grande parte das dificuldades com que o Executivo se deparou, grande parte dos condicionalismos à sua intervenção e à contracção de dívida de investimento resultavam de uma situação que foi legada pelo anterior Executivo. Já para não falar de um conjunto de outros constrangimentos que foram colocados a este Executivo e que não existiam nos anos anteriores. Nunca se procurou mostrar que se tinha a solução para todos os problemas do Município nem o PSF foi apresentado como tal; trata-se de um projecto de recuperação do Município em termos financeiros num prazo de dez anos, e é isso que se tem procurado fazer. A Vereadora diz ainda que o Executivo está preso ao PSF, é verdade, mas da mesma forma que está preso à dívida que herdou. Já

quanto à qualidade da acção do Executivo e das actividades por este organizadas, trata-se de um campo de discussão política em que todas as opiniões são legítimas e discutíveis. Por fim, em relação à marca distintiva deste Executivo, o Presidente considera que se trata de, pela primeira vez, se ter procurado, inevitavelmente ou não, inverter o rumo de endividamento insustentável que estava a ser seguido, o que de resto tem sido feito com resultados muito positivos, quer ao nível da redução da dívida, quer ao nível da recuperação da credibilidade pública do Município de Alpiarça

Deliberado por maioria, com as abstenções das vereadoras Sónia Sanfona e Regina Ferreira, aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

TAXAS E LICENÇAS

- Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Reg. Sul – Requerimento de Licença Especial de Ruído para a realização de uma festa no Salão da Misericórdia em Alpiarça, entre as 23h00 do dia 12/04/2013 e as 04h00 do dia 13/04/2013.

Deliberado por unanimidade ratificar a autorização dada pelo Presidente da Câmara e isentar do pagamento de taxas.

- Moto-Clube Charrua – Requerimento de Licença Especial de Ruído para realização de uma Noite de Fados na sede do Moto-Clube Charrua, Largo da Feira, com início no dia 28 de Abril às 20h00 e termo no dia 29 de Abril às 01h00. Solicitação de isenção das taxas a pagar por se tratar de uma Associação sem fins lucrativos.

Deliberado por unanimidade autorizar a emissão de licença especial de ruído e isentar do pagamento de taxas.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram vinte e uma horas e vinte e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Maria do Céu Augusto, a exercer funções de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de Secretária, a redigi e assino.